

Pero Vaz de Siqueira: mercador e armador nas rotas orientais

1. Introdução:

Macau ficou conhecido, na História, como o estabelecimento ocidental mais antigo em território chinês, desde meados do século XVI até finais do século XX, sendo considerado um porto livre, económico e cultural, na China.

Os Portugueses estabeleceram-se em Macau no século XVI. Nessa época, a China fechou ainda mais as suas portas às relações externas. Os Portugueses tiraram proveito do seu estabelecimento em Macau durante as suas descobertas e expansão para o Oriente, tornando-o um importante centro de comércio da Rota da Seda Marítima, nos séculos XVI e XVII, unindo Macau à Coreia e Japão, no Norte, ao México e continente americano através de Manila, no Oriente, ao Sião, Camboja, Malaca, Macassar, Flores, Solor e Timor, no Sul, e, através de Goa, com a África e Europa, e da Europa para a costa oriental da América Central e do Sul, inclusive o Brasil. Foi através de todas estas ligações, que um comércio marítimo global começou a ganhar forma, no que pode ser considerado o primeiro passo da globalização.

A importância de Macau no império marítimo português, que se prolongava desde a África, o litoral do Oceano Índico, as ilhas das especiarias, e a costa da China até ao Japão, assim como a vitalidade das actividades comerciais, e, nalguns casos missionárias, dos Portugueses, em locais, tais como, o Camboja, Patane, Sião, Sunda, Bornéu, Timor, Tidore e Solor, e as fortalezas e entrepostos, de Goa e Malaca, como também o esplendor inicial da cidade de Macau, é uma constante até ao século XVII¹.

Durante as últimas décadas do século XVI, Macau, juntamente com Malaca, surgia como o destino mais importante e entreposto comercial de produtos exóticos e tropicais, tais como, pimenta, cravo-da-Índia, noz-moscada, incenso, sedas, prata, etc.. As viagens iam de Bengala, Martaban, Tenassarim, ao Camboja, Sunda, Bornéu, Solor e Timor, etc., e, todas rendiam anualmente à Coroa portuguesa, em Macau, milhares de cruzados. Há a acrescentar, ainda, a

¹ Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*, Macau, Universidade de Macau, 2003, p. 24.

viagem complementar do Sião ordenada por Portugal, nomeadamente nos anos 80 de 1500, que encaminhava as mercadorias oriundas do Sião, de Ayuthia até ao Japão, via Malaca.

Sabe-se que o comércio português, no Japão, a partir de meados do século XVI coincidiu com a descoberta de grandes jazidas de prata, cobre e ouro nesse país. No final do século XVI, o fornecimento de seda crua e ouro em troca de prata dominava o comércio. Na década de 30 de seiscentos, as exportações de ouro eram menos significativas do que as de seda.²

Os mercadores portugueses começaram a fornecer os produtos da China ao Japão nos anos 40 do século XVI. Na década seguinte, Portugal surge como o intermediário-chave no comércio entre a China e o Japão (e o Sião-Japão), especialmente a partir da altura em que a China proibiu o contacto directo com os mercadores japoneses, na sequência da actividade dos *wako* (piratas japoneses) na costa de Fujian. Até 1639 - quando o *Bakufu* (“*governo cortina*” ou ditadura militar estabelecida por Tokugawa Ieyasu, em 1603) promulgou a “lei da expulsão”, que assinalaria o fim do comércio português no Japão - a população de Macau, bem como a Coroa, prosperou muito com este comércio.

Nos inícios do século XVII, a posição privilegiada dos Portugueses no comércio do Japão, começou a ser ameaçada pela chegada dos Ingleses e Holandeses e, em menor escala, dos Espanhóis. Com início em 1599, isto é, cerca de quarenta e cinco anos depois do estabelecimento de Macau, navios holandeses começaram a aparecer ao largo da costa. Os Holandeses ao quererem capturar Macau, Malaca e Nagasaki desejavam interceptar o altamente rentável comércio da prata³.

Macau era, essencialmente, uma comunidade comercial, mas a sua situação no ciclo económico e na conjuntura política, tornou-o um centro de actividade internacional - China e Japão - e nacional, na complexidade das relações das duas potências ibéricas, com interesses opostos mas unidas na pessoa do mesmo soberano: a Espanha e Portugal; as Índias Orientais e as Ocidentais; Goa - Manila - Malaca - Macau⁴.

² Charles Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente(1580-1770)*, Macau, Fundação Oriente/Centro de Estudos Marítimos, 1990, pp. 26-29 e 43-44.

³ Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*, Macau, Universidade de Macau, 2003, p. 24.

⁴ Leonor Diaz de Seabra, *op. cit.*, p. 25.

A agravar esta complexidade, o problema religioso. A cidade era base da expansão do Padroado Português do Oriente - China, Japão, Sudoeste Asiático, o Tonquim, a Cochinchina, o Hainan, o Camboja e o Sião - rival do Padroado da Coroa Espanhola, que através das Filipinas pretendia lutar contra a hegemonia portuguesa naquela região. Como resultado, a rivalidade traduzia-se também na luta entre as ordens religiosas: Jesuítas, Franciscanos, Agostinhos e Dominicanos. Os primeiros estavam firmemente instalados em Macau e no Japão, resistindo tenazmente à penetração dos restantes com base nas Filipinas⁵.

Assim, de comunidade comercial, de início, Macau passou a ser importante centro de política geral, base para a expansão e orientação religiosa, disputada por dois interesses nacionais antagónicos - o português e o espanhol - e pela rivalidade das ordens religiosas⁶.

Comercialmente estava na confluência dos interesses económicos ligados ao maior mercado do Oriente - a China - e a fonte mais desejada da prata - o Japão. Era o porto indispensável para a navegação portuguesa da Índia e de Malaca para a China e para o Japão, tendo que assegurar a regularidade dos fornecimentos da seda adquirida nas feiras de Cantão, para que a viagem para o Japão se processasse com normalidade, e dos abastecimentos, para que a viagem nos dois sentidos, pudesse ter apoio logístico e técnico⁷.

Com o final do comércio do Japão, em 1639, e a ascensão do poder comercial e naval dos Holandeses nos mares orientais, os comerciantes portugueses tiveram de fazer alguns ajustamentos nas suas rotas comerciais. Na década de 1630, em especial, o comércio de Macau floresceu, principalmente, em três zonas: Macassar, Manila e Vietname (Tonkin e Cochinchina)⁸.

Com o encerramento do comércio entre Portugal e o Japão, o comércio com os portos do Sul assumiu, portanto, uma nova importância. A rota Macassar-Flores-Solor-Timor, embora sob pressão intensa dos Holandeses, tornou-se objecto de um comércio lucrativo em produtos como o sândalo e as especiarias⁹.

⁵ Charles Boxer, *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, Lisboa, Edições 70, 1990, pp. 98-99.

⁶ Geoffrey Gunn, *Ao Encontro de Macau: uma Cidade-Estado na Periferia da China (1557-1999)*, Macau, CTMCDP/Fundação Macau, 1998, pp. 44-46.

⁷ Manuel Lobato, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia: Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999, pp. 255-267.

⁸ Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, Macau, ICM/Museu Marítimo, 1993, p. 13.

⁹ Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, Macau, ICM/Museu Marítimo, 1993, pp. 14-29.

Entre 1665 e 1682, os comerciantes portugueses e chineses de Macau desenvolveram o comércio de porcelana azul e branca produzida em Yaoping, na parte nordeste de Guangdong, com Batávia (Java).

Nos finais da década de 1660, as autoridades chinesas da dinastia Qing (manchú) deram ordens às populações costeiras para se retirarem para o interior, devido aos ataques de Coxinga, lealista e partidário dos Ming¹⁰. Isto significaria o fim de Macau, e, em 1664, o Capitão-Geral Manuel Coelho da Silva, pediu a D. Afonso VI o envio de uma embaixada à Corte de Pequim¹¹.

Em 1667, o embaixador Manuel de Saldanha encontrava-se já em Macau a preparar a embaixada para seguir para Pequim (via Cantão, como era hábito e o exigia o protocolo chinês)¹².

Em 1669, com a expulsão de Coxinga e a sua retirada da Formosa (donde expulsara os Holandeses, em 1662), as autoridades chinesas retiraram a imposição de deslocar as populações para o interior. A embaixada de Saldanha chegou a Pequim em 1670, mas, apesar de bem recebida, não teve qualquer efeito prático. O mesmo aconteceu em 1678, com a missão diplomática de Bento Pereira de Faria, que levou um leão de presente ao Imperador, o que foi muito apreciado¹³.

Segundo Subhramanyam, o objectivo destas embaixadas não era apenas assegurar os privilégios de Macau, mas assegurar que a embaixada holandesa (1666-1668) não obtivesse sucesso¹⁴.

É de notar que, neste aspecto, tal como na diplomacia com o Cambodja, Vietname e Sião, os Portugueses em Macau dispunham de um razoável grau de autonomia de Goa.

Em 1685, o Imperador K`ang Hsi publicou um decreto imperial que determinava a abertura do porto de Cantão a estrangeiros, pelo menos uma vez por ano, durante a feira anual¹⁵.

¹⁰ Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*, Macau, Dir. Serv. Educ. de Macau, 1992, pp. 132-136.

¹¹ Manuel Teixeira, *Macau no Século XVII*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982, p. 106.

¹² Fernando Correia de Oliveira, *500 anos de Contactos Luso-Chineses*, Lisboa, Público/Fundação Oriente, 1998, pp. 67-75.

¹³ Charles Boxer, *Dutch Merchants and Mariners in Asia (1602-1795)*, London, Variorum Reprints, 1988, pp. 30-46.

¹⁴ Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700: Uma História Política e Económica*, Lisboa, DIFEL, 1995, p. 298.

Macau perdeu, assim, o papel de entreposto comercial exclusivo e os Portugueses deixaram de ser os únicos intermediários no comércio da China.

Contudo, as suas actividades comerciais iriam continuar, agora para outras zonas, pois os mercadores independentes de Macau vão procurar novos mercados e novos produtos.

2. Pero Vaz de Siqueira:

Pero Vaz de Siqueira era natural de Macau, fidalgo-cavaleiro e filho de Gonçalo de Siqueira de Sousa, capitão-de-mar-e-guerra. Gonçalo de Siqueira de Sousa era de origem reinóis e participou, em 1614, numa armada, para transporte de tropas espanholas, de Cadiz para Manila, sob o comando de seu pai, Rui Gonçalves de Sequeira (que fora capitão das Molucas de 1598 a 1603)¹⁶. Isto explica-se pelo facto de, nesta época, Portugal se achar debaixo do domínio filipino.

Após o falecimento de seu pai, em 1619, regressou a Portugal, e, como recompensa dos seus serviços, foi nomeado capitão do galeão *Misericórdia*, partindo de Lisboa para Goa, em 1621, onde não chegou devido a uma tempestade. A partir daqui, realizou várias viagens, sempre com o posto de capitão, o que lhe permitiu um profundo conhecimento dos mares, não só ocidentais como orientais¹⁷.

Em 1644, Gonçalo de Siqueira de Sousa foi nomeado embaixador ao Japão; embaixada esta que fora sugerida dois anos antes pelo Pe. António Cardim, Procurador-Geral da Província Jesuítica do Japão, com o objectivo de tentar reabrir o comércio japonês, que acabara em 1639, com a expulsão dos Portugueses¹⁸.

Foi esta a primeira embaixada enviada a esse país por um país europeu, mas o *Shogun* (Xógum) Tokugawa Iemitsu continuou a recusar a abertura do comércio aos Portugueses.

¹⁵ Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*, Macau, Dir. Serv. Educ. de Macau, 1992, p. 140.

¹⁶ Manuel Teixeira, *Marinheiros Ilustres relacionados com Macau*, Macau, Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988, pp.46-47.

¹⁷ Manuel Teixeira, *Vultos Marcantes em Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982, pp. 65-66.

¹⁸ *Embaixada de Portugal ao Japão em 1647: relação Inédita anotada por C. R. Boxer*, Macau, Imprensa Limitada, 1928, pp. 5-15.

Pero Vaz de Siqueira acompanhou seu pai nessa missão ao Japão (1644-47), tendo regressado com ele a Goa, em 1648. Após a morte de Gonçalo de Sousa, em 1649, terá regressado ao Reino. De 1657 a 1669 serviu na Armada do Estado da Índia, tendo tomado parte na reconquista de Coullão e na defesa de Cochim (em 1657 e 1663).

A sua carreira na Índia terminou quando desempenhava, em Muscate, as funções de capitão da frota da Coroa. Chegou a Macau no princípio da década de 1670, onde se fixou e casou com Ana Maria de Noronha, pertencente a uma família proeminente da sociedade local e de comerciantes ricos¹⁹. Esta seria irmã de D. Catarina de Noronha, que, por sua vez, era filha de D. António Manuel de Noronha, governador de Macau entre 1630 e 1636, e casara com um rico mercador, Francisco Vieira de Figueiredo, grande proprietário de navios²⁰.

Francisco Vieira exercia funções de Capitão-Geral dos Mares do Sul, com poderes judiciais e administrativos sobre todas as comunidades portuguesas existentes a Oriente de Malaca, com excepção de Macau. Após a conquista de Malaca pelos Holandeses, em 1641, transportou a comunidade portuguesa nos seus navios para Macassar, que se transformou num importante entreposto comercial e económico. Vieira negociava não só com Macau, Cambodja e o Sião, mas também com Timor, Solor e até com Manila²¹.

Mas, em 1660, os Portugueses foram expulsos de Macassar pelos Holandeses e, mais uma vez, os navios de Francisco Figueiredo transportaram os Portugueses não só para Macau e Timor, como para o Sião e outras localidades. Porém, 10 ou 12 dos mais ricos, incluindo Francisco Vieira de Figueiredo, ainda ficaram em Macassar, com a protecção do rei, o Sultão Hassan Udin²².

Em 1661, Figueiredo partiu para Goa e, no regresso a Timor, fez escala em Macau, onde então casou com D. Maria Catarina de Noronha, que acompanhou o marido até Macassar. Em Fevereiro de 1665, Figueiredo partiu definitivamente, com sua mulher, Catarina de Noronha,

¹⁹ George Bryan Souza, *A sobrevivência do Império: os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, p.62.

²⁰ Charles Boxer, *Estudos para a História de Macau (Séculos XVI-XVIII)*, 1º vol., Lisboa, Fundação Oriente, 1991, pp. 222-223.

²¹ Charles Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant Adventurer in South East Asia (1624-1667)*, Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1967, pp. 48-49.

²² Charles Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na época da Restauração*, Macau, Escola Tipográfica do Orfanato Salesiano, 1940, pp. 1-8.

para Larantuca, na Ilha das Flores, perto das ilhas de Solor e Timor. Aí faleceu em 1667, ficando a sua viúva ainda em Larantuca, para finalizar os negócios de seu marido.²³

D. Catarina regressou a Macau em 1670, no seu navio *Nossa Senhora de Rozario e Almas do Purgatorio*, mantendo-se em actividade nos negócios por vários anos. Veio a falecer em Macau, em 1701, como o comprova a carta do Padre Miguel do Amaral, S. J., Procurador Geral da Província do Japão, que certifica ter recebido do seu testamenteiro, Pero Vaz de Siqueira, o que a dita senhora deixara à Igreja, por sua morte²⁴.

Era aquela “senhora de grandes *cabedais*” como se depreende da correspondência trocada entre o embaixador à China, Manuel de Saldanha, em Cantão, e o Leal Senado, assim como com o Capitão-Geral de Macau, D. Álvaro da Silva. Inclusivamente, aquele embaixador chega a ordenar ao Senado que mande um navio buscar D. Catarina “que é grande bem para esta cidade a qual pode ajudar muito e o serviço de El-Rey com seu cabedal (...)”²⁵.

Bryan de Souza diz que a sua “participação directa e o papel activo que desempenhou como armadora foram únicos para uma mulher em Macau”²⁶.

Entre os anos de 1660 e os de 1680, Macau comerciava com o Sião e com os barcos da Coroa siamesa, os quais faziam escala em Macau, algumas vezes, onde adquiriam provisões, carregamentos e contratavam marinheiros. O próprio reembolso do empréstimo feito pelo rei Phra Narai, do Sião, ao Senado de Macau, em 1669 - a pedido deste, para custear as despesas da embaixada de Manuel Saldanha ao imperador da China, por se encontrar "esgotado de recursos" - foi feito no decurso do comércio directo de Macau para Ayuthia. A partir da década de 1690, os Portugueses de Macau fizeram reembolsos deste empréstimo à Coroa siamesa através do pagamento dos direitos alfandegários dos barcos da Coroa siamesa em Cantão e despachando a bordo dos mesmos barcos pagamentos em espécies, nomeadamente em seda, ao regressarem à rota Cantão-Macau-Ayuthia. Finalmente, em 1722 foi paga a última prestação desta dívida²⁷.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Jesuítas na Ásia*, Códice 49-V-24, de 23 de Junho de 1701, fl. 9.

²⁵ AHG, Arch. Vol. 1210 - *Embaixada à China, 1669*, fls. 44-50. V. Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*, Macau, Universidade de Macau, 2003.

²⁶ George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império: os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, p.52.

²⁷ Leonor Diaz de Seabra, *Relações entre Macau e o Sião (Séculos XVIII-XIX)*, Macau, Universidade de Macau, 1999, p. 8.

Pero Vaz de Siqueira , nos fins da década de 1670 e por toda a década de 1680, fazia comércio com os seus navios para Banjarmassim, Timor, Batávia e Sião. E, por volta de 1683, a Coroa e o Senado de Macau escolheram alguns *casados* para dirigirem embaixadas a alguns países da Ásia do Sueste, com vista a melhorar as suas relações comerciais. Foi assim que, em 1684, Pero Vaz de Siqueira foi enviado, de Macau ao Sião, pelo Vice-rei da Índia, D. Francisco de Távora, 1º Conde de Alvor, numa missão com objectivos comerciais, que parece não ter obtido o apoio do rei siamês, Phra Narai, pois as pretensões dos *moradores* de Macau - que pretendiam participar no comércio marítimo com o Japão através da Coroa siamesa - poderiam pôr em risco o próprio comércio siamês com o Japão. Além disso, era cada vez maior a influência dos Franceses no Oriente, através das Missões Estrangeiras de Paris, que tinham o apoio da *Propaganda Fide*. No Sião, o ministro do Rei Phra Narai, Constantino Falcão, nutria especial simpatia por aqueles, pelo que a intromissão do Vigário Apostólico do Sião, Mons. Louis Laneau, das Missões Estrangeiras de Paris, ajudado pela convivência de alguns Portugueses radicados no Sião, fizeram fracassar os esforços de Pero Vaz de Siqueira, que regressou a Macau²⁸.

Em 1685 os moradores de Macau recolheram uns *japões* que naufragaram e aproveitam a oportunidade para enviarem ao Japão um barco com esses japoneses e, ao mesmo tempo, tentarem novamente reatar o comércio com aquele país. Mas não havia mais nenhum navio, no porto de Macau, a não ser o navio *S. Paulo*, de Pero Vaz de Siqueira – regressado da missão diplomática ao Sião - que se estava a preparar para partir para Manila, pelo que este logo ofereceu o seu navio e dispôs-se a pagar parte das despesas resultantes dessa viagem (3/4), sendo o restante suportado pelo Padre Procurador da Província do Japão. Os Portugueses, tal como na embaixada anterior, nunca foram autorizados a desembarcar em Nagasaki e foram mandados regressar, com o aviso de que “não pensasse o governo de Macau em mandar novo barco...”, e só lhes foram poupadas as suas vidas por terem levado de regresso os doze japoneses²⁹.

Pero Vaz de Siqueira continuou a desenvolver os seus negócios com o navio *Rosário*, de que era proprietário, para além do *S. Paulo*, fazendo viagens para Manila, Sião, entre outros

²⁸ AHG, Arch. Vol. 58 - *Monções do Reino*, vol. nº 51 A. . V. Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*, Macau, Universidade de Macau, 2003.

²⁹ Ana Maria Leitão, “Os Portugueses e o termo das Relações Comerciais com o Japão: Tentativas de Reaproximação e Substituição”, in *O Século Cristão do Japão, Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993)*, dir. Roberto Carneiro e artur Teodoro de Matos, Lisboa, 1994, p.228.

portos, nos Mares do Sul da China. Em 1687 há uma carta do Vice-Rei D. Rodrigo da Costa, para Pero Vaz de Siqueira, dizendo: “Em hua das ditas cartas se justifica VM sobre as viagens da sua fragata p^a Manila e da nao de sua cunhada p^a Timor e por o Sr conde do Alvor ter entendido que a protejam...”³⁰.

Nos finais do século XVII havia, em Macau, apenas vinte e quatro (24) «homens-bons», e desses, somente quinze (15) válidos, embora destes só sete (7) estavam aptos para o governo da Cidade; proprietários de navios eram apenas cinco (5), entre eles os navios de Pero Vaz de Siqueira e de sua cunhada, D. Catarina de Noronha³¹.

Pela década de 1690 e princípios de 1700, Pero Vaz de Siqueira era o maior armador individual da Cidade, fazendo viagens para Goa e outros portos indianos, Achém, Banjarmassim, Timor e Manila.

Em 1702, como a situação de Timor era muito precária, e era de lá que vinha o sândalo, cujo comércio era essencial à sobrevivência de Macau, foi contratado, para socorrer aquele território, o barco *Boas Novas* e, para o acompanhar, Pero Vaz de Siqueira mandou ainda o seu barco *S. Paulo*³².

Para além das suas actividades comerciais, Pero Vaz de Siqueira aparece ainda como membro do Senado da Câmara, de 1689 a 1698, e, em 1693-94, pertencia também à Mesa da Santa Casa da Misericórdia. De 1698 a 1700 foi nomeado Capitão-Geral de Macau, pelo Vice-Rei da Índia, e, uma segunda vez, de 1702 a 1703. Veio a falecer, em Macau no último ano do seu governo (1703)³³.

Pero Vaz de Siqueira foi uma figura relevante na sociedade macaense, não só no aspecto económico, como político.

Naqueles tempos, os comerciantes independentes portugueses (os *casados*, a Igreja e os administradores da Coroa) estavam envolvidos no comércio marítimo inter-asiático no Oceano Índico e nos Mares do Sul da China. Tanto os administradores da Coroa (que não tinham o apoio do Tesouro da Coroa, neste tipo de comércio), como os Jesuítas, podiam possuir os seus próprios

³⁰ AHG, Arch. Vol. 1265 – *Correspondência de Macau*, Livro 2 (1682-16879).

³¹ Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, Macau, ICM/Museu Marítimo, 1993, pp. 11-14.

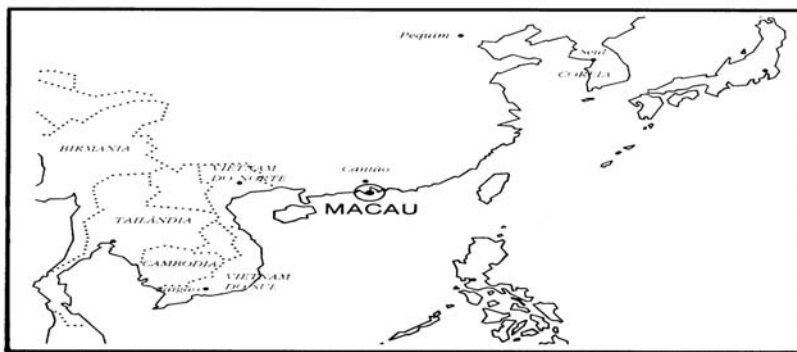
³² *Arquivos de Macau*, 3^a Série, Vol. I, N^o 1, Fevereiro de 1964, pp. 19-20.

³³ *A.M.*, 3^a Série, Vol. I, N^o 3, Abril de 1964, pp. 201- 215.

navios ou agirem como investidores nos barcos dos *casados* e comerciantes independentes. Embora os outros também pudessem participar (administradores da Igreja e da Coroa), eram os *casados* que faziam o maior investimento no comércio marítimo inter-regional asiático e, em Macau, todos se dedicavam, directa ou indirectamente, a estas actividades bastante lucrativas³⁴.

Quando o Capitão-Geral era nomeado entre os *casados* de Macau que já tinham possuído cargos da Coroa, um administrador da Coroa podia, então, ser o maior armador de Macau, como foi o caso de Pero Vaz de Siqueira, em finais do século XVII.

Macau no mar da China



in *Centro Histórico de Macau*, Lisboa, 1987, p. 22



Mapa – “Mainland Monarchies”, in D.G.E. Hall – *A History of Southeast Asia*. London: Macmillan, 1981, p. 189.

³⁴ George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991, pp. 62-54.

Bibliografia:

BOXER, Charles Boxer, *Dutch Merchants and Mariners in Asia (1602-1795)*, London, Variorum Reprints, 1988.

BOXER, Charles Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na época da Restauração*, Macau, Escola Tipográfica do Orfanato Salesiano, 1940.

BOXER, Charles, *Francisco Vieira de Figueiredo: a Portuguese merchant-adventurer in South East Asia (1662-1667)*, Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1967.

EMBAIXADA de Portugal ao Japão em 1647: relação Inédita anotada por C. R. Boxer, Macau, Imprensa Limitada, 1928.

GUNN, Geoffrey, *Ao Encontro de Macau: uma Cidade-Estado na Periferia da China (1557-1999)*, Macau, CTMCDP/Fundação Macau, 1998.

LEITÃO, Ana Maria, “Os Portugueses e o termo das relações comerciais com o Japão: tentativas de reaproximação e substituição”, in *O Século Cristão do Japão, Actas do Colóquio Internacional comemorativo dos 450 anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993)*, dir. de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, 1994.

LOBATO; Manuel, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia: Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999.

OLIVEIRA, Fernando Correia de , *500 anos de Contactos Luso-Chineses*, Lisboa, Público/Fundação Oriente, 1998.

PIRES, Benjamim Videira, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, Macau, ICM/Museu Marítimo, 1993.

SOUZA, George Bryan, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.

SEABRA, Leonor Diaz de, *A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*, Macau, Universidade de Macau, 2003.

SEABRA, Leonor de Diaz, *Relações entre Macau e o Sião (Séculos XVIII-XIX)*, Macau, Universidade de Macau, 2014.

SILVA, Beatriz Basto da, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação, 1992.

SOUZA, George Bryan, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*, Lisboa, DIFEL, 1995.

TEIXEIRA, Manuel, *Marinheiros Ilustres Relacionados com Macau*, Macau, Centro de Estudos Marítimos, 1988.

TEIXEIRA, Manuel, *Vultos Marcantes em Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.

Fontes Impressas:

Arquivos de Macau, 3ª Série, Vol. I, Nº 1, Fevereiro de 1964, pp. 19-20.

A.M., 3ª Série, Vol. I, Nº 3, Abril de 1964, pp. 201- 215.

Fontes manuscritas:

ARQUIVO HISTÓRICO DE GOA:

Arch. Vol. 1265 - *Correspondência de Macau (1682-1689)*, Livro 2.

Arch. Vol 1210 - *Embaixada à China, 1669*.

Arch. Vol. 58 - *Monções do Reino*, vol. nº 51 A.

BIBLIOTECA DA AJUDA:

Jesuítas na Ásia, Códice 49-V-24.

Leonor Diaz de Seabra, PhD

Universidade de Macau

Maria de Deus Manso, PhD

Universidade de Évora